



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE
ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO**

----- No dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito, teve lugar na localidade de Figueiredo, Freguesia de S. Pedro de France, a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, Comemorativa do XLIV Aniversário do 25 de Abril, a qual foi presidida pelo Senhor José Manuel Henriques Mota de Faria Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta como Primeiro Secretário e pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes como Segunda Secretária. -----

A Sessão teve início às dez horas e trinta minutos, tendo-se verificado as faltas do Senhor António Manuel Esteves Loureiro (justificada).-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava todos os presentes, um cumprimento especial aos nossos Capitães de Abril, Arnaldo Costeira, e Gertrudes da Silva que estão aqui hoje presentes connosco.-----

Um cumprimento muito especial também à Senhora Professora Doutora Maria João Antunes, que nos hoje também com a sua presença.-----

Cumprimentava o Senhor Vice-Presidente da Câmara Dr. Joaquim Seixas, que hoje, represente nesta sessão o Senhor Presidente da Câmara Dr. Almeida Henriques, que se encontra no estrangeiro em representação do município.-----

Cumprimentava os Senhores Membros da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores, cumprimentava os Senhor Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro de France o Senhor Fernando Machado e na sua pessoa cumprimentava também todos os Senhores Presidentes de Junta e Membros dos Órgãos de Freguesia, cumprimentava também os nossos convidados, os ex-Membros do Executivo Camarário, da Assembleia Municipal, das Juntas de Freguesia.-----

Pedia aqui alguma desculpa, e dava um cumprimento muito especial a duas pessoas que são daqui e que muito estimo, e que foram também ex-autarcas e que são de S. Pedro de France, nomeadamente o Dr. Ilídio Cunha que está aqui hoje connosco, e também para uma pessoa com quem eu tive muita relação, o antigo Presidente de Junta, o Senhor António Coelho que está aqui, são duas pessoas que são ex-autarcas e que são desta freguesia.-----

Cumprimentava o nosso Comandante do Regimento de Infantaria nº14 de Viseu, cumprimentava também o nosso 2º Comandante Distrital da GNR que está aqui connosco, também cumprimentava o Senhor Comandante de Esquadra que está aqui em representação também do nosso Comandante da PSP, cumprimentava todas as Autoridades Cívicas, Caros Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Esta Assembleia Extraordinária tem um ponto único da Ordem de Trabalhos que é a Sessão Solene Comemorativa do XLIV Aniversário do 25 de Abril, e ao realizarmos esta sessão aqui na Freguesia de S. Pedro de France, é também um sinal que Órgãos do Município estão dar que o desenvolvimento das Freguesias é prioritário para todos nós e também é decisivo para termos um concelho com coesão territorial. Também, é uma forma de nós todos homenagearmos os autarcas de freguesia por aquilo que eles são decisivos em termos de se ter uma gestão que seja equilibrada, de uma gestão coesa e também solidária, e eles têm sido aquilo que é um exemplo de proximidade, de disponibilidade e de espírito de missão, por isso também, ao virmos a S. Pedro de France, é uma forma também de homenagear os autarcas de freguesia e também uma forma de

aproximar a Assembleia Municipal de todos dos Órgãos de Freguesia e dos cidadãos.-----
Esta é uma Assembleia diferente e por isso, pedia também a vossa compreensão porque tem que cumprir minimamente aquilo que são os termos regimentais e por isso, informava que o Senhor Deputado José Hélder do Amaral do CDS solicitou a sua substituição no período de 18/04 a 18/06, sendo substituído nesta sessão pelo Sr. Deputado Francisco André Dinis Mendes da Silva, e o Senhor Deputado Francisco Manuel de Almeida da CDU solicitou a sua substituição para esta sessão, sendo substituído pela Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires, que a Senhora Deputada Rosa Filomena Brás Monteiro do PS solicitou também a sua substituição no período de 25/04 a 30/04, sendo substituída pelo Senhor Deputado Manuel José Moleiro Mirandez.-----

Também informava que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lordosa informou que se faz substituir nesta sessão pelo Senhor Aníbal Vale de Almeida.-----

Gostaríamos também de agradecer aqui ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de France, à Direção da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de S. Pedro de France, e também ao Senhor Pároco, o Padre Manuel Alberto toda a disponibilidade e colaboração que nos deram para a realização desta iniciativa.-----

Agradecemos também ao Senhor Comandante do Regimento de Infantaria nº14 por ter deslocado para a freguesia uma viatura militar Pandur para exposição que permitiu que as crianças a visitassem e por outro lado também informar que a decisão de convocar esta Assembleia Municipal foi um processo consensual entre todos os Grupos Municipais assim como o alinhamento da sessão.-----

Haverá uma intervenção inicial de boas-vindas do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, intervêm em seguida os representantes dos partidos políticos, seguindo-se uma conferência por parte da personalidade convidada e termina com a intervenção, neste caso do Senhor Vice-Presidente de Câmara e do Presidente da Assembleia Municipal.-----

Assim, convidava o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de S. Pedro de France a usar da palavra.-----

----- **UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. PEDRO DE**

FRANCE FERNANDO MARTINS MACHADO (PPD/PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Secretário e Senhora Secretária, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente do Município de Viseu, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Vereadoras, Excelentíssimos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Caros e Caras Presidentes de Junta, Excelentíssimos Membros da Freguesia, Excelentíssimos Senhores Representantes das Autoridades e Instituições Civas, Militares e Religiosas, Excelentíssimos Senhores Convidados, Excelentíssimos Senhores Jornalistas e Excelentíssimo Público aqui presente. Antes de mais bom dia a todos.-----

Em nome desta Freguesia, agradecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Mota Faria, por esta oportunidade que nos deu, de se realizar aqui, em S. Pedro de France esta Sessão Solene da Assembleia Municipal Comemorativa do XLIV Aniversário do 25 de Abril. Agradecendo desde já também a todos vós pela vossa digníssima presença que em muito nos honra, por isso sejam muito bem-vindos. E, já que estamos em maré de agradecimentos, quero agradecer também publicamente, ao Reverendo Padre Manuel Alberto (que por motivos de agenda não pôde estar presente) e a toda a Comissão Fabriqueira de São Pedro de France, pela cedência deste espaço, bem assim como à Associação Cultural Desportiva Recreativa e de Solidariedade Social de São Pedro de France, na pessoa do seu Presidente Senhor João Almeida, também pela cedência das instalações para a celebração do almoço convívio e ao seu grupo de cantares por estarem também, naturalmente presentes, não aqui mas depois lá no local para fazerem uma participação. -----

Muito obrigado por isso a todos.-----

São Pedro de France, é uma das maiores freguesias deste concelho, com uma área de

quase 19 km², conta com 28 aglomerados populacionais, que devido a um povoamento bastante disperso, nos dificulta a gestão de recursos, tanto humanos como financeiros. Mas, como a maioria das freguesias deste país, deste concelho, não conseguiria fazer face às suas necessidades, dependendo apenas das verbas do Fundo de Financiamento de Freguesias, senão fosse através da celebração de protocolos e contratos programa que o Município de Viseu, se digna mandar fazer com as freguesias, muitas estariam numa situação insustentável. E foi assim, que esta freguesia, foi recuperando algum desenvolvimento nos últimos anos, graças ao investimento que o município tem feito em São Pedro de France.

É isso que o atual Executivo camarário tem vindo a fazer, ouvindo tudo e todos, deslocando-se às freguesias, (e amanhã há mais uma prova disso, temos às 09:30 mais uma visita), visitas para escutar as populações e os seus representantes políticos, sabendo que essa atitude constitui um auxílio precioso para governar melhor e com qualidade acrescida.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, estamos aqui hoje reunidos, nesta Freguesia de São Pedro de France, para comemorar o quadragésimo quatro aniversário de um acontecimento que ficará indelevelmente marcado na História de Portugal, na memória dos portugueses, porque a expressão “25 de Abril” naquele ano de 1974 foi um dos mais belos sinónimos da noção de Liberdade. A Liberdade que constituirá um esteio essencial na democracia, por isso é crucial para a qualidade da nossa democracia que todos os cidadãos, sem exceção participem ativamente na discussão e na decisão dos assuntos que dizem respeito ao bem comum, e que o façam tanto no seio das famílias, nas associações, (que têm um papel fundamental no desenvolvimento das nossas freguesias), nas organizações políticas ou em qualquer outro palco que seja apropriado para esse fim.

Cada um de nós tem de assumir a responsabilidade daquilo que diz e daquilo que faz em nome da Liberdade, e deve respeitar o próximo da mesma forma que exige respeito por si próprio. Mas, infelizmente, vemos que isso às vezes não acontece, porque vemos que aqueles que falam e escrevem em total liberdade não têm o mínimo sentido de responsabilidade e de respeito pelos outros. Para esses, se calhar, o 25 de Abril ainda não cumpriu a sua grande missão.

Como todos nós sabemos, a Liberdade não nasce com cada um de nós, ela conquista-se, e foi assim em 25 de Abril de 1974 que os portugueses a souberam conquistar, após anos e anos de luta e sonho, de resistência, de fé, até de lágrimas, mas muita esperança, tendo os Capitães de Abril, sendo o instrumento adequado para devolver a Liberdade ao Povo Português... e retirarmo-nos assim, naturalmente, de um regime de decadência... por isso, nunca é demais recordar este Dia da Liberdade.

Citando o Advogado e Político Francisco Salgado Zenha: “Porque havemos de vencer... Querer é Poder... Viver é Vencer... por isso, nós Queremos, nós Podemos, Viveremos e venceremos.”

Viva o 25 de Abril... Sempre

Viva a Liberdade...

Viva Viseu...

Viva São Pedro de France.

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Vai usar da palavra em representante da Coligação Democrática Unitária CDU a Deputada Filomena Pires.

----- **DOIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal e outros Membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de France,

nosso anfitrião, Senhores Presidentes de Junta, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Um muito bom Dia da Liberdade para todos nós.-----

É com imenso agrado que hoje aqui estamos nesta Freguesia de S, Pedro de France, a freguesia mais oriental do nosso concelho, e que muito gostaríamos de perceber nesta descentralização, uma efetiva valorização da participação das populações nas decisões relativas aos seus próprios destinos, uma conquista de Abril ainda não plenamente concretizada.-----

Celebramos hoje Abril com os olhos postos em Maio. Abril pôs fim à mais longa ditadura fascista da Europa. 48 anos de terror que tolheram o desenvolvimento do País, comprometeram a nossa soberania e independência nacionais, colocaram as alavancas da nossa economia nas mãos de grandes monopolistas e latifundiários, foram responsáveis por uma das maiores vagas de emigração da nossa história, conduziram a uma guerra colonial com muitos milhares de mortos e estropiados, deixaram um rasto de miséria, atraso, obscurantismo e isolamento, de que a nossa região era um exemplo vivo. Chegou Abril. Continha em si a força, os sonhos e as potencialidades necessárias para realizar a eliminação de muitas das mais graves desigualdades, discriminações, injustiças sociais e para a construção de uma nova sociedade democrática. A Revolução de Abril significou um extraordinário progresso da sociedade portuguesa. As suas grandes e históricas conquistas criaram condições para um dinâmico desenvolvimento económico, social, político e cultural conforme com a situação, os interesses, as necessidades e as aspirações do povo português.-----

Os valores de Abril criaram raízes profundas na sociedade portuguesa e por isso dizemos que a Revolução de Abril, ainda está em curso, não pode ser alterada por forças externas e transformada em “sonho do passado” por governos submissos a um mercado financeiro que é hostil a esses valores.-----

O 44º Aniversário da Revolução de Abril assinala-se num momento em que os trabalhadores e o povo português vivem uma nova fase da vida política nacional em que foi possível defender, recuperar e conquistar direitos e rendimentos, depois de 4 anos de aprofundamento da agressão aos seus direitos sociais, económicos e culturais, em consequência de uma inaceitável intervenção externa da União Europeia e do FMI. Mas novos perigos aparecem no horizonte com o Programa de Estabilidade e Crescimento e o Programa Nacional de Reformas apresentados recentemente pelo Governo, cujos conteúdos agridem a soberania e independência nacional e põem em risco os avanços até agora alcançados.-----

No intenso pulular de evocações e declarações, nem sempre o cravo, símbolo de Abril, é verdadeiramente vermelho nas intenções que se escondem em pétalas menos patenteadas. Como antes do “25 de Abril”, há quem considere o povo português despolitizado, apático e conformado. Assim o desejam mas assim não é. Todo o tempo é de abril quando de luta é feito o tempo que vivemos. Nela nasce a esperança. Dela se faz o futuro. A Revolução de Abril completa 44 anos de luta, ela é do povo e será comemorada nas ruas e nos recintos populares que a respeitam.-----

O processo de luta prossegue no combate às injustiças de classe, ao trabalho precário e sem direitos, mas também por salários, reformas e pensões dignos, por horários de trabalho que deixem tempo para a família, para o lazer e para viver, um direito conquistado com Abril.-----

“Viva Abril com os olhos postos em Maio!”-----

Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra em representação do Bloco de Esquerda, a Deputada Catarina Vieira.-----

----- **TRÊS – A SENHORA DEPUTADA CATARINA ALEXANDRA VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da

Câmara, Senhoras vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e ressalvo aqui o nosso Anfitrião, Ilustres Convidados e Convidadas, Público presente e Funcionários em exercício.-----

Nasci no ano da Revolução dos Cravos e, por isso, pude crescer com o doce aroma e as cores vivas da liberdade! A Democracia é uma mulher adulta, sem medos, consciente do quanto custou a luta pela liberdade, pela igualdade de género, pelos direitos sociais, pelo fim da guerra colonial e a descolonização. Com Abril, conquistou-se o salário mínimo nacional e o direito à reforma, os subsídios de férias e de Natal; o direito à greve e a liberdade de manifestação, de reunião e de associação, e a liberdade de organização política; o direito à contratação coletiva e à organização sindical. A Revolução dos Cravos trouxe-nos o Serviço Nacional de Saúde, o direito à habitação e à educação, a igualdade de direitos, eleições livres e direito de voto aos maiores de 18 anos, direito à justiça, direito à cultura.-----

A Constituição da República veio consagrar todos os direitos democráticos sociais e laborais conquistados.-----

Quando assistimos atualmente ao fascismo em ascensão a ameaçar novamente o mundo, e a guerras imperiais que dizimam e subjagam os povos, continua a ser um exemplo e motivo de orgulho o que os nossos militares fizeram há quarenta e quatro anos, o que prova que nenhum regime é imune aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.-----

Por isso, o Bloco de Esquerda é solidário com quem, no Brasil, com filiações políticas diversas, quer bater-se pela democracia constitucional que está sob ataque e por eleições livres em Outubro. Por isso, o Bloco de Esquerda vê com muita apreensão o ataque, em todo o estado espanhol (onde já nem se pode vestir de amarelo), às liberdades (de expressão, de reunião e de imprensa) de que a chamada “lei da mordaza” é um triste sinal, e em particular na Catalunha, ao direito dos povos à autodeterminação como está consagrado na nossa Constituição, onde a existência de presos políticos deveria encher de vergonha os países da União Europeia que já toleram no seu seio o governo antidemocrático da Hungria e aceitam que a Espanha se esteja a transformar numa Turquia, aqui mesmo ao nosso lado. Por isso, o Bloco apoia os esforços da ONU e da Organização para a Proibição das Armas Químicas no sentido de uma investigação independente sobre a situação da Síria. Pelo contrário, repudiamos a política dos Estados Unidos, França e Reino Unido, aliás com cada vez menos apoios dos povos, apesar do silêncio cúmplice de governos como o nosso, de “bombardear primeiro e perguntar depois”. A situação na Síria exige a maior responsabilidade e ponderação nos passos a tomar. Porque os conceitos de democracia e de liberdade ainda têm muito caminho para andar, que *se lembre o 25 de Abril em cada segundo dos nossos dias!*-----

Como canta o poeta, “Só há liberdade a sério quando houver: a paz, o pão, habitação, saúde, educação”. E a paz não é só a ausência da guerra. Basta recordar a austeridade feroz, levada a cabo pelo governo PSD/CDS.-----

O Bloco de Esquerda contribuiu para uma solução política que interrompeu um ciclo governativo ultraliberal. O acordo entre o Partido Socialista e os partidos à sua esquerda assentou num compromisso. Bloco de Esquerda e PCP aceitaram negociar sucessivos orçamentos no quadro de restrições impostas pelas metas de Bruxelas aceites pelo governo, apesar de não concordarem com as mesmas. Em contrapartida, o PS assumiu o compromisso de concretizar uma política de devolução de direitos e recuperação do Estado Social. Os orçamentos aprovados e as metas que deles constam são a expressão desse compromisso. Compromisso esse que não se limita a uma contabilidade das medidas dos acordos já concretizadas. Há investimentos urgentes, previstos e cabimentados nesses orçamentos, que estão bloqueados. Ao mesmo tempo, o governo altera o quadro aprovado em orçamento, em nome da ultrapassagem dos compromissos assumidos com Bruxelas para o défice. Da mesma forma, o anúncio unilateral de medidas para o próximo

orçamento - como o congelamento dos salários da função pública pelo 10.º ano consecutivo -, contradiz a letra dos acordos assinados pelos partidos da maioria parlamentar, em que todos se comprometem a negociar conjuntamente cada orçamento e as medidas que deles constam. O crescimento e o emprego são o único caminho para uma consolidação que venha para ficar. Não compreender isto é regressar ao passado! A valorização do trabalho só será possível com alterações mais profundas na legislação laboral que promovam a contratação coletiva e combatam a precariedade. E é precisa uma maior aposta no investimento público que assegure a sustentabilidade do Estado Social.-----

Portanto, são preocupantes as projeções do governo que apontam para uma redução da dimensão do Orçamento em 2,5 pontos percentuais do PIB até 2022. Isto significa que o investimento nas políticas públicas não chegará sequer a acompanhar o crescimento, uma escolha política e ideológica com consequências na qualidade dos serviços públicos, com particular gravidade na degradação do Serviço Nacional de Saúde.-----

A Habitação é o pilar do Estado Social por cumprir. Como a Saúde, a Segurança Social ou a Educação, a Habitação é um direito básico que faz parte das obrigações elementares de um Estado social. Abril colocou na Constituição o direito à Habitação, mas está longe de o concretizar. É um dos défices da nossa democracia. Em Portugal, apenas 2% da Habitação é pública, o que contrasta com os mais de 30% da Holanda, mais de 20% da Áustria ou Dinamarca, mais de 10% na França, no Reino Unido ou na Finlândia. As iniciativas de governo e municípios para oferta de habitação pública são incipientes ou inexistentes. O Bloco de Esquerda empenhou-se na construção de novas políticas para a habitação, tanto no âmbito do acordo com o Partido Socialista e do grupo de trabalho com o governo sobre as questões de habitação, como no âmbito do trabalho parlamentar sobre o tema. A Lei do arrendamento apoiado foi alterada. E estamos empenhados na revogação das normas gravosas do Novo Regime do Arrendamento Urbano e numa nova Lei de Bases para a Habitação. O Bloco bate-se pelo investimento público na construção e reabilitação de habitação, com critérios de eficiência energética e com garantia de rendas sociais e rendas controladas.-----

O país celebra a democracia e, entre as suas conquistas, a Escola Pública. Mais de quatro décadas depois, reafirmamos que o investimento numa escola pública de qualidade é a única forma de a manter como instrumento de igualdade.-----

Sem a Escola Pública da democracia, a segregação social começava cedo. Durante décadas, a ausência de um sistema de ensino público, gratuito e universal foi sinónimo de atraso e de iniquidade de uma ditadura que considerava a Educação do povo um perigo. Com o fim da ditadura em 1974, uma das prioridades da revolução dos cravos só poderia ser garantir o acesso do povo à Educação. Durante décadas, o país investiu os seus impostos na escola que é de todos e de todas, e todos e todas sem exceção tiveram direito a ela. A Escola Pública foi capaz de um dos maiores feitos da democracia: em 40 anos, a taxa de escolarização no 3.º ciclo do ensino básico disparou de 23,8% para 86,5%, e no secundário de 4,9% para 74,3%. Além de educar a geração filha do 25 de Abril, a Escola Pública transformou-se num poderoso instrumento de igualdade e desenvolvimento.-----

Estamos na Freguesia de S. Pedro de France. O poder local democrático foi uma das mais relevantes e simbólicas conquistas do 25 de Abril de 74. Cabe-nos a nós, hoje, conquistar mais democracia, muito mais democracia, muito mais democracia para o poder local.-----

Temos, todos e todas, enquanto cidadãos e cidadãs (e esta foi também uma das conquistas de Abril), nas nossas mãos a liberdade que em tempos nos trouxeram e que, por enquanto, vamos conseguindo preservar. Que nunca deixemos que ela nos caia por entre os dedos. E acima de tudo, que nunca deixemos que digam que não valeu a pena toda a luta só porque ainda há muito que fazer, muito que mudar! Continuemos o que alguém começou por nós! Por esse motivo, recorro as palavras de Salgueiro Maia: “Não se preocupem com o local onde sepultar o meu corpo. Preocupem-se é com aqueles que querem sepultar o que ajudei a construir.”-----

Como tal, é necessário que façamos sentir que o caminho percorrido após o 25 de Abril valeu a pena não só pelo que já conquistámos, mas por nos permitir conquistar o que nos falta. Enquanto cidadãos e cidadãs participativos e envolvidos na vida política local temos a nossa responsabilidade. Temos que trabalhar para a proximidade entre os órgãos autárquicos e a população. Demonstrar que somos parte integrante de uma democracia participativa, transparente e justa. Que trabalhamos em prol da melhoria da qualidade de vida na nossa freguesia, concelho ou país e não motivados por interesses pessoais. Que o nosso esforço e motivação têm origem nos cidadãos e nas cidadãs e não nos resultados eleitorais que estão sempre por vir. Restabelecer a confiança na democracia através do melhor trabalho que consigamos fazer, e assim contribuir para que não se dêem passos atrás, evitando que a história se repita. O país de Abril constrói-se a ouvir as pessoas, com a consulta e a decisão popular.-----

Fortalecer a democracia é combater a precariedade no trabalho, na habitação, no acesso à saúde, à cultura e à educação, é reconstruir os serviços públicos e os direitos laborais.-----

O Bloco de Esquerda presta tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura, e se empenharam pela democracia social e laboral, e pela implementação de um Estado Social.-----

Contem por isso com o Bloco de Esquerda para construirmos um futuro melhor no Concelho de Viseu.-----

Viva a Democracia!-----

Viva o 25 de Abril!-----

Viva o Socialismo!-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o representante do Centro Democrático Social, Deputado Francisco Mendes da Silva.-----

----- QUATRO – O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de freguesia de S. Pedro de France, Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Membros do Executivo e da Assembleia de Freguesia, Excelentíssimos Senhores Convidados, Membros da Comunicação Social e Público em geral.-----

Duas notas devem marcar o início deste meu discurso:-----
Primeira, em meu nome e em representação do meu Partido, o CDS saudar e agradecer á população da Freguesia de S. Pedro de France em nome dos seus representantes eleitos a hospitalidade com que nos recebem nesta Sessão Solene. Muito obrigado.-----

A segunda nota serve para me dirigir em nome pessoal a esta Assembleia e dar testemunho da alegria com que a ela regresso, ainda que apenas como membro substituto, depois de 4 anos entre 2005 e 2009 em que aqui exerci um mandato enquanto Membro eleito efetivo. Quero dizer, e quero dizê-lo na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia que a previsível transitoriedade deste meu regresso contrasta claramente com a permanência da alegria, do orgulho e da honra que sinto por ter feito e fazer de novo agora parte desta Assembleia.-----

O que aqui nos reúne é a evocação da iniciativa militar que em 25 de Abril de 1974 depôs uma ditadura. Apesar das convulsões que imediatamente se seguiram, nem todas, devo dizer, provocadas por quem desejava o resultado que hoje celebramos, o 25 de Abril criou as condições para que Portugal tivesse um regime democrático assente nos princípios das liberdades cívicas, políticas e económicas. Não foi obviamente uma data menor. Porém, a importância dos factos e a indispensabilidade de os celebrarmos não nos devem prender ao passado, o espírito de Abril recomenda, ou melhor, exige, uma evocação actualizadora e dinâmica que incentive a reflexão sobre o estado presente dos princípios da democracia e

da liberdade. Como disse Winston Churchill, o mais eloquente e lapidar defensor da ordem democrática e liberal, ele que soube como poucos o que é uma civilização estar à beira do abismo, olhos nos olhos com as ditaduras mais ferozes, bárbaras e destrutivas, “o preço da liberdade é a eterna vigilância”. É para essa vigilância eterna que todos somos convocados, e é uma vigilância que devemos fazer todos os dias em todos os níveis da nossa cidadania, olhando para a ordem europeia e mundial, olhando para a Pátria que é a nossa, olhando para a região em que vivemos, para a cidade e para as freguesias do nosso concelho.-----

O 25 de Abril permitiu a Portugal em 1974 acompanhar a grande onda de então de crescimento mundial da ordem democrática e liberal. Desde o pós 2ª Guerra que a Liberdade é o valor político central, todos os demais valores são doseados em torno da dependência das suas manifestações individuais e políticas. Quando eu vejo a aspereza com que alguns debates políticos são travados hoje em dia, nunca deixo de me espantar e de achar curioso que tamanha excitação seja possível num tempo de tão pequena amplitude ideológica. No grande esquema histórico das coisas, não há uma diferença extraordinária entre um governo dito de direita que defenda liberdade com algum recuo do estado e um governo dito de esquerda que acha que a liberdade precisa de um pouco mais de responsabilidade do estado. Foi neste contexto ideológico que o ocidente viveu um período de paz e prosperidade inéditas possibilitada por estados democráticos de bem-estar social respeitadores das liberdades e financiados pelos frutos económicos dessa liberdade. Infelizmente os últimos anos mostram que a liberdade enquanto valor central das nossas ordens políticas pode estar em risco. Pela primeira vez na nossa geração aparecem forças com relevo que vêem o valor da liberdade como um valor secundário ou acessório, como um luxo de tempos abastados que deve ceder perante outros valores, perante a segurança, perante o proteccionismo económico, perante a luta de classes, perante o nacionalismo. Vemos essa tendência no avanço dos populistas europeus, sejam eles os da direita nacionalista como Le Pen em França ou Orbán na Hungria, sejam os da esquerda proteccionista e revolucionária como Tsípras na Grécia ou Iglesias em Espanha, vimos essa tendência na vitória de Donald Trump, vimo-la também no Brexit que podia ter sido uma obra de bons argumentos cosmopolitas contra uma certa esclerose da União Europeia, mas não foi, foi antes disso, o sucesso do proteccionismo e da xenofobia. Não podemos virar as costas às razões da ascensão do populismo, não devemos ignorar um discurso que tem conquistado cada vez mais eleitores. Há quem nos queira convencer de que a ordem liberal com o seu optimismo civilizacional, com a globalização, com as instituições e os processos democráticos, processos lentos é certo, intrincados e distantes do povo, há quem nos queira convencer que essa ordem está esgotada, que um dia a Liberdade e a Democracia foram causas do progresso, mas que hoje são fonte de insegurança, de miséria, de conflitos, de disrupção social e de desesperança, que os sentimentos nobres têm limites e que é preciso reaprender o valor da existência de fronteiras, de um estado protecionista, patrão e patriarca, e de comunidades homogêneas, comunidades social, cultural e racialmente homogêneas. É compreensível que haja pessoas que votem em quem lhes fala da fraqueza do dito sistema, da corrupção das ditas elites e lhes promete o retorno à simplicidade de um mundo perdido alegadamente perfeito. Mas é urgente articular um discurso de resposta a estas falsas promessas. Se acreditarmos como eu acredito que com todos os erros e insuficiências é da nossa ordem liberal e democrática que depende o bem-estar coletivo do futuro, temos de falar com clareza em sua defesa. O tempo não está para meias palavras nem para argumentações desculpantes que negam as evidências. À direita ou à esquerda um inimigo da Liberdade é um inimigo da Liberdade. Senhor Presidente, Caras Amigas e Caros Amigos.-----

Estamos numa Assembleia pluralista na qual devem prevalecer os valores da conversação democrática, vale por isso a pena lembrar que a primeira função de todo o democrata é cuidar do conteúdo e do estilo do discurso público, porque a degenerescência do discurso

público é o primeiro passo para a deterioração da própria democracia. Percebemos que a democracia vive uma crise preocupante quando vemos a crispação e o divisionismo brutal em que até os países mais avançados hoje vivem. O espaço público foi invadido pelas redes sociais onde uma suposta cidadania se exerce num contexto tóxico de violência argumentativa, imediatismo e anonimato. Assistimos todos os dias a uma degradação galopante das regras do debate, do léxico e das posturas que imitam o holiganismo da discussão futebolística. Muitos políticos cedem a esse ambiente, e onde devíamos ter um processo de síntese de posições opostas, temos tantas vezes uma polarização radical. Onde deveríamos ter conversação e convencimento temos proselitismo, fanatização e mobilização agressiva de fiéis. Onde devíamos ter um chão comum, temos apenas trincheiras separadas por uma terra de ninguém, inóspita e devastada. Onde devíamos ter debates em torno da comunidade, ou do conceito de comunidade, e de ideais coletivos agregadores, como a cidadania, a solidariedade, a coesão social, o estado-providência, temos afinal debates em torno da afirmação radical e infértil de diferenças tantas vezes ilusórias, ou seja, onde devíamos ter uma democracia representativa, temos tantas vezes apenas uma democracia tribalista.-----

A crença na Democracia e na Liberdade, no pluralismo político implica como eu disse um espírito cosmopolita, de abertura e de atenção ao mundo em que Portugal se insere, porém, como atrás também deixei enunciado, de nada vale exercer essa cidadania global se não nos inserirmos primeiro, se não nos dedicarmos antes, ao mundo que nos é mais próximo, ao Nosso País e à Nossa Terra. Nos últimos anos os portugueses sofreram três choques que abalaram a sua confiança na política e nas instituições democráticas, três choques que abalaram legitimamente essa confiança. O primeiro desses choques veio com a banca rota de 2011 e com o processo duríssimo pelo qual o país teve que passar para se começar a recompor. Estamos ainda longe da completa recuperação. Convém não esquecer porém, a crispação e a degradação do ambiente político que essa banca rota gerou, convém não esquecer como ela minou a confiança das pessoas e de grande parte dos agentes políticos na União Europeia e na indispensabilidade da participação de Portugal na construção da União. Convém não esquecer a facilidade, a ligeireza, a naturalidade, a normalidade com que tanta gente com responsabilidade defendeu que o caminho do progresso em Portugal seria a rutura com os parceiros europeus, a violação unilateral de tratados a que voluntariamente aderimos, o repúdio da dívida que voluntariamente contraímos, e isto para, e cito “fazer tremer as pernas dos credores”. Felizmente muitos desses arautos do soberanismo mítico regressaram a um discurso mais saudável, agora, sob o peso da responsabilidade de exercerem ou apoiarem um governo, longe das fantasias sob alegada ortodoxia europeia, longe das ilusões sobre as supostas leituras inteligentes dos tratados.-----

O segundo choque, veio com a constatação dos fortíssimos indícios, conhecidos bíblicamente, de que a dado momento do nosso passado recente o Governo de Portugal terá albergado ou sofrido a influência da mais perigosa e sofisticada criminalidade económica. Que uma clique de políticos, empresários e gestores corruptos terá capturado o interesse público em seu exclusivo favor a partir da cúpula do governo e das maiores empresas do país. Só há duas formas de esses factos não abalarem definitivamente os fundamentos da confiança dos portugueses na democracia, duas formas complementares: Em primeiro lugar devemos confiar na justiça e deixá-la trabalhar. Criticar e controlar publicamente os seus erros é certo, mas nunca, nunca, aproveitar as suas falhas para lhe retirar a legitimidade, nunca, nunca, pegar nos seus erros e poupar ou absolver os investigados.-----

Em segundo lugar, nós políticos também devemos fazer uma reflexão profunda, sobre como tudo isto foi possível, sobre como os partidos podem evitar ou conseguem evitar ser vulneráveis à corrupção. Não nos devemos refugiar no cliché de que à justiça o que é da justiça e à política o que é da política, é certo que os partidos não têm todos a mesma

responsabilidade no que se passou, mas é preciso que todos tenham a noção, de que se a justiça tiver razão é também a política que está no banco dos réus.-----

Senhor Presidente, Caras Amigas e Caros Amigos.-----

Para terminar, o último choque diz-nos especialmente respeito, a nós cidadãos de Viseu, do centro e do interior de Portugal, tem a ver com os terríveis incêndios do último ano. A destruição material e de vidas humanas dos incêndios ficaram a dever-se a um conjunto grande e complexo de razões, nem todas razões previsíveis, nem todas razões controláveis. Mas, essas mortes ocorreram também porque Portugal é um País tragicamente enviesado em favor do litoral urbano, em que o território restante é uma armadilha para quem lá permanece, ou para quem lá quer ir viver. As mortes ocorreram no mato, as mortes não ocorreram na floresta como tantas vezes se diz, as mortes ocorreram no mato, enforme, abandonado, em terras nas quais a marcha da civilização é um logo recuo de um país deslumbrado com modernidade das cidades, um país que foi menorizando cultural e intelectualmente o mundo rural, a sua economia, os seus hábitos, os seus valores, as suas preocupações, um país que foi permitindo que grande parte do interior se transformasse num sítio economicamente inviável. Não tenhamos ilusões meus amigos, para muita gente em Portugal, esse Portugal, este nosso Portugal é um país estrangeiro e exótico, não devemos ficar surpreendidos portanto, se o que falhou for aquilo que sempre falhou, é que a reação à catástrofe dá sempre mais votos do que o esforço recatado da prevenção, as políticas que captam a nossa atenção nas televisões, nas rádios, nos jornais, são sempre as que dizem respeito ao mundo urbano, por muito minoritário que sejam os seus beneficiários, e é para essas políticas, para esse mundo urbano que todos os governos orientam a sua propaganda. O interior de Portugal não tem influência política suficiente para forçar a aprovação e implementação de políticas públicas, o abandono desse Portugal é um fogo que arde sem se ver e que nos vai destruindo a todos.-----

E é por isso Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara em exercício pelo menos aqui, Senhores Vereadores e restante Público, que numa nota final de atualidade política não posso deixar de lamentar profundamente, para finalizar, que, mais uma vez os partidos tenham entendido, numa reorientação dos fundos públicos, numa reorientação dirigida de novo ao litoral, especialmente ao litoral em prejuízo do interior, porque a luta pela democracia é também a luta coesão territorial e pela organização igualitária do país, e essa luta exige posições irredutíveis contra o centralismo, porque se andámos 40 anos a dizer que a luta do interior era a luta pela afirmação do interior, este ano percebemos tragicamente que é mais do que isso. A luta do Interior é a luta pela sua sobrevivência.-----

Viva o 25 de Abril!-----

Viva São Pedro de France!-----

Viva Viseu!-----

Viva Portugal!-----

Viva a Liberdade.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado do Partido Socialista Alberto Ascensão.-----

----- **CINCO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO**

(PS): Este Furriel Miliciano de Abril começa com um cumprimento especial aos Senhores Coronel Arnaldo Costeira e Coronel Gertrudes da Silva, Excelentíssimos Capitães de Abril aqui presentes que, conjuntamente com os também Capitães Amândio Augusto, António Amaral e Aprígio Ramalho, nessa data tomaram parte nos acontecimentos em que o RI 14, de Viseu, com orgulho participou e, nas suas pessoas, a minha homenagem a todos os Capitães que, com a sua ação corajosa, derrubaram o regime opressor e ditatorial que vigorava e lançaram as bases da democracia em que nos encontramos. O nosso bem-haja por isso.-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhora Secretária e Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara em exercício, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de France e demais Senhoras e Senhores Presidentes de Junta do concelho, Excelentíssimos Senhores Capitães de Abril, Excelentíssimo Senhor Comandante do Regimento de Infantaria 14, Excelentíssimos Representantes das Autoridades Cíveis e Militares, Excelentíssima Senhora Professora Doutora Maria João Antunes, Excelentíssimos demais Convidados, Senhoras e Senhores Jornalistas, Caras e Caros Concidadaões.-----

Celebrar Abril é sentir a emoção de, ainda que simbolicamente, voltar a vestir a farda e entrar no Quartel onde vivi aquele dia tão longo para mim, para Portugal e para os Portugueses. Sentir o orgulho de nesse dia ter feito parte da ação militar, mesmo não percebendo muito bem a que se destinava. Nessa época, como todos sabem, o regime ditatorial e a sua máquina de censura privavam a maioria do Povo do acesso à informação livre e verdadeira. A partir desse dia soube com certezas que o mundo e a vida não eram aquilo que queriam que eu pensasse que eram. E fico genuinamente emocionado quando me lembro dos cinco dias que se seguiram ao 25 de Abril, nos quais permanecemos no quartel em prevenção, em que discuti, ouvi falar de algumas realidades pela primeira vez e aprendi política com os meus camaradas de armas mais informados. Ouvi nesses dias todas as cantigas do Zeca Afonso, que, mal eu sabia, ficariam comigo para sempre, e percebi que, toda aquela movimentação revolucionária que continuava a desenrolar-se, constituía a libertação de um jugo de mais de quarenta anos, dando aos Portugueses a possibilidade de serem cidadãos de pleno direito.-----

O Conselho de Revolução instituído pelo Movimento das Forças Armadas assumiu o poder até que fossem criadas as condições necessárias para as eleições livres, em sintonia com a democracia tão ambicionada. No dia 25 de Abril de 1975 o povo saiu à rua para votar, numa demonstração de vontade tão forte que a adesão ascendeu aos 90%.-----

Hoje, à distância de 44 anos, temos o dever e estamos em condições de fazer análises deste já longo percurso de Estado de Direito e de democracia, bem como para perceber o que conseguimos, ou não, concretizar, dos objetivos então propostos como metas – os três “D’s” do MFA:-----

Democratizar, Descolonizar, Desenvolver.-----

A democratização, que veio acontecendo ao longo dos anos, só foi possível com a colaboração, o contributo e a responsabilidade de todos os partidos políticos portugueses e de todos os cidadãos.-----

A democracia só é possível com partidos políticos ativos, interventivos e intervenientes, alicerçados no respeito pelo estado de direito, pela Constituição e pelas leis em geral.-----

Os inúmeros atos eleitorais que desde então decorreram com o máximo de transparência e plena liberdade de escolha por parte do eleitorado, são o reflexo do grande edifício que é hoje a democracia portuguesa.-----

Muitas foram as figuras políticas de relevo, que contribuíram para que hoje continuemos a ser livres e a celebrar a liberdade, desde Maria de Lurdes Pintassilgo a Natália Correia, de Sá Carneiro a Mota Pinto, de Álvaro Cunhal a Mário Soares, para referir apenas uma pequena parte de ilustres personalidades políticas portuguesas que já não podem festejar connosco a concretização dos ideais para os quais tanto contribuíram. Todos deixaram marcas na nossa democracia pluripartidária, que perdurarão pelos tempos.-----

A participação cívica e a liberdade de expressão e de opinião entranharam-se de tal forma nos hábitos de todos os Portugueses que, hoje em dia, as circunstâncias duras e muitas vezes violentas, anteriores à revolução de Abril, quase parecem irreais. E ainda bem.-----

Enfim, Portugal soube encontrar os caminhos para a democracia, que hoje podemos considerar, com orgulho, bem estruturada e estabilizada.-----

A descolonização, que levou a que o continente recebesse e integrasse os portugueses que voltaram das ex-colónias, pese embora não ter sido perfeita nem unânime no seu processo, concretizou-se. Os territórios sob domínio português em Abril de 1974 foram-se tornando independentes, dando lugar a novas nações e hoje são países irmãos de Portugal, encontrando algum conforto de bom relacionamento no seio dos PALOP.-----
Também para nos desenvolvermos fomos capazes de traçar percursos que nos conduziram a oportunidades e levaram aos meios, que nos foram promovendo aos níveis dos demais países da Europa.-----
Criámos um Serviço Nacional de Saúde que se estende a toda a população, independentemente dos seus recursos económico-financeiros. Temos indicadores de mortalidade infantil que nos orgulham, entre os melhores da Europa.-----
A educação, particularmente o ensino superior, tornou-se acessível a toda a sociedade portuguesa.-----
O analfabetismo e a iliteracia diminuíram drasticamente.-----
Temos hoje mais mulheres na universidade do que homens.-----
A cultura deixou de ser um privilégio das elites.-----
As forças de segurança adotaram procedimentos com uma visão cooperante e pedagógica no seio da sociedade, em vez do carácter repressivo que se lhes conhecia anteriormente.----
As infraestruturas, particularmente as rodoviárias, estendem-se hoje por todo o território nacional com boas condições, beneficiando a quase totalidade de população.-----
Há, contudo, ainda muito para fazer neste D de desenvolvimento, que se deseja de primeira linha no seio da Comunidade Europeia.-----
Vivemos ainda num país a duas velocidades. As mais de quatro décadas de esforços para alterar estes ritmos, ainda não conseguiram superar tal situação.-----
Tornou-se comum encontrar nos programas eleitorais de todos os partidos, quaisquer que sejam as eleições, a promessa ou a intenção de tomar medidas que consigam a coesão territorial.-----
Nos tempos mais recentes, ao discurso da coesão territorial juntou-se também o da vontade da coesão social.-----
Mas, na verdade, as diferenças que facilmente encontramos numa análise ao desenvolvimento do país, que não precisa de ser muito profunda, mostram o mapa do território nacional dividido verticalmente. É clara a existência de uma linha que separa o litoral do interior e que traduz bem a falta da tão apregoada coesão.-----
Num país onde a distância entre o mar e Espanha anda à volta dos 200 quilómetros, nem sequer faz sentido falar do litoral e do interior como se fossem zonas geograficamente distantes uma da outra. Contudo, a realidade com que nos deparamos ao observar as disparidades de desenvolvimento de uma e da outra parte do território, fazem com que constatem, com facilidade, essa divisão.-----
Um dos aspetos que mais contribuem para a falta de coesão territorial e social do nosso país, é a desertificação do interior e os desequilíbrios que comporta.-----
Ao longo dos anos de existência da nossa democracia, não fomos capazes de olhar para o interior e de confirmar todas as potencialidades que o resgatariam dessa fragilidade.-----
Os vários governos desde 1974 não tiveram sabedoria, a vontade, nem a coragem, de contrariar as tendências de «litoralizar» tudo quanto é fator económico e de desenvolvimento, que arrastam consigo as melhores condições de vida, ou de sobrevivência, de uma larga percentagem da população.-----
Na generalidade, todos os grandes empreendimentos e empresas foram-se instalando na faixa do território mais encostada ao litoral, fazendo com que o interior fosse, cada vez mais, ficando sem pessoas, desertificado.-----
Atividades económicas, que seriam tão viáveis no interior quanto são no litoral, foram sendo cada vez mais desvalorizadas e desprotegidas por parte do poder instituído e, conseqüentemente, abandonadas em favor das zonas junto ao mar.-----

Houve mesmo governos que, numa década entre os anos 80 e 90 do século passado, não só não desenvolveram condições que permitissem o aproveitamento dos fundos comunitários que se destinavam ao investimento e ao incremento económico no interior, nomeadamente à agricultura e à pecuária, como contribuíram para que o abandono destas atividades se tornasse, podemos dizer, rentável ou compensatório.-----

Outros houve que, sob um pretexto economicista e irreal e padecendo de uma obsessão pela austeridade, numa cegueira que não permitiu elevar as nossas terras do interior ao lugar que merecem, na sua diversidade económica, cultural e social, se decidiram por desprover as populações desses territórios de um dos pilares fundamentais do seu vínculo social, e até mesmo económico, para além do pequeno mundo que são as aldeias mais isoladas: As freguesias.-----

Ao anexarem-se ou extinguirem-se freguesias, por via de regra (se é que de regra se tratou), descontextualizaram-se populações, tradições, agravaram-se assimetrias, as terras mais pequenas e mais isoladas ou periféricas ficaram ainda mais isoladas e periféricas, se não desertas, e dispersaram-se meios e serviços. Ao invés do que pretendeu fazer-se crer, não só não se melhoraram as condições de vida como ainda se afastaram as pessoas dos núcleos de decisão.-----

A centralização que se verifica em Portugal, dotando uma parte específica do território de grande parte do poder e nela localizando os centros de decisão, muito tem contribuído para evitar que uma verdadeira coesão territorial e social se possa encetar e tornar realidade.-----

Não tem havido vontade política para concretizar a descentralização política e administrativa do Estado. Como consequência temos um país a duas velocidades.-----

Recentemente, com a criação da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, foi dado um passo importante para a procura de medidas que esbatam as assimetrias negativas que se verificam neste lado do território.-----

O Programa Nacional para a Coesão Territorial traça compromissos ambiciosos nesta matéria que evidenciam «um caminho novo estancando a divergência e sobretudo promovendo a convergência territorial».-----

Neste contexto, o poder autárquico tem um papel preponderante que, sem ser de submissão, terá que ser de colaboração.-----

Os municípios não podem criar obstáculos à concretização de medidas e ações a implementar nos seus territórios. Cabe-lhes a responsabilidade de, sempre na defesa dos seus munícipes, de todos os seus munícipes, cooperar e agilizar procedimentos e propor soluções alternativas que possam melhorar a sua aplicação no terreno.-----

Enquanto agentes de governo de proximidade, que justamente se proclamam, as autarquias locais têm essa responsabilidade de adotar atuações que se ajustem às normas e legislação nacionais, sem prejuízo do direito de divergência, que tem lugar próprio para ser exercido.-----

As freguesias são, sem qualquer dúvida, os agentes políticos que exercem o poder de maior proximidade. Contudo, falta-lhes uma componente sem a qual esse poder fica muito aquém do que seria possível: a autonomia financeira.-----

A autonomia financeira que lhes permita ter poder de iniciativa própria, sem terem sempre que passar pela boa ou menor vontade do poder central ou pelo arbítrio dos Municípios em cujo território se encontram, que normalmente se concretiza através de delegação de competências ou de contractos de parceria, com todos os condicionalismos políticos que as negociações prévias implicam.-----

Também aqui, a descentralização se mostra urgente e essencial para que os seus benefícios cheguem a quem deles necessita. Sendo as verdadeiras usufruidoras das políticas de proximidade, as populações poderão finalmente encontrar resposta para os seus problemas e anseios junto de quem está perto e conhece a realidade local.-----

De acordo com o Programa Nacional para a Coesão Territorial, «a proximidade da

decisão política dos seus destinatários, é pressuposto de que, quem está mais próximo, decide melhor, sendo urgente a necessidade de territorializar as políticas, ajustando permanentemente os instrumentos de política às especificidades do território».

Uma descentralização que pretenda de facto transformar o exercício do poder no nosso país, aproximando-o dos seus destinatários, terá que ser muito mais vasta e abrangente, implicando também, certamente, uma verdadeira regionalização, que não tem passado de ser referida como necessária, mais ou menos oportunisticamente.

Porém não deve e não pode deixar de passar pela inclusão e o comprometimento das autarquias locais, se se pretender que o desígnio de desenvolver Portugal, traçado pelo Movimento das Forças Armadas há 44 anos, possa por essa via beneficiar de mais um importante impulso em todos os sectores económicos e sociais e potenciar a coesão territorial.

Que aquela frase de Abril não seja esquecida. O povo unido nas oportunidades, nos direitos, nas condições económicas, sociais e culturais, jamais será vencido.

Viva o 25 de Abril.

Viva Portugal.

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra em representação do PSD, a Deputada Sofia Mesquita.

---- **SEIS – A SENHORA SOFIA DANIELA PEREIRA MESQUITA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Digníssimos Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimos Ilustres Convidados, Capitães de Abril e demais Entidades Cívicas e Militares, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

25 de abril de 1974, o dia em que o Portugal voltou a ser uma democracia, depois de 48 anos de ditadura. E início com uma citação de Francisco Sá Carneiro de 1975:

“O 25 de Abril foi, para todos nós, o fim da ditadura. Os heroicos militares que prepararam e executaram a revolta realizaram um ato de libertação de si mesmos, mas consigo mesmos quiseram libertar Portugal inteiro.”

Muitos se recordarão exatamente onde estavam, com quem estavam e a sensação de liberdade e euforia prestes a explodir. Outros, como eu, só puderam viver a conquista de abril através de histórias, dos livros ou de imagens guardadas desses momentos.

O que mais nos é contado a nós, que não estivemos lá, não é o som dos tanques ou a imagem de militares armados, mas sim o sentimento de união e o fervilhar de liberdade! Estes militares levavam consigo toda a esperança de um país. A população de Lisboa saiu à rua e juntou-se aos militares transformando o que começou por ser um golpe de estado numa verdadeira revolução. Longe da capital, conta muitas vezes a minha avó e os meus pais, a euforia era sentida com a mesma intensidade. Famílias, amigos, vizinhos, todos se reuniam à volta da rádio tentando perceber o que estava a ocorrer naqueles momentos.

48 anos de ditadura, 48 anos de opressão, sem eleições livres, sem liberdade de expressão, de isolamento da Europa e condicionamento industrial, de fome e pés descalços em que a mulher ideal, fabricada pelo regime, era mãe, esposa e dona de casa, afastada do espaço público, sem acesso a certas profissões e com direitos muito limitados. Os jovens não tinham qualquer decisão sobre si próprios. Passavam 4 anos na tropa, dois dos quais na guerra. Muito menos alguém teria direito a ter uma opinião política ou a questionar as decisões de governo.

Abril trouxe-nos a liberdade, derrubou um regime ditatorial, entregou o poder ao povo, alicerçado nos conceitos de desenvolvimento e de democratização do país. O 25 de Abril tornou-se para nós um farol de ética, de humanismo e de integridade. Passou a ser possível constituir partidos, associações e a realizar eleições livres. A "Revolução dos Cravos" pôs

fim a uma aventura colonial de séculos e os cidadãos passaram a ver garantidos os seus direitos económicos, jurídicos e sociais.-----

Hoje, as conquistas do 25 de Abril fazem totalmente parte do nosso quotidiano. E, por isso, depende de todos nós quer tenhamos vivido direta ou através do olhos dos nossos familiares, valorizar e transmitir a importância do bem precioso que foi devolvido ao país nesta data: a liberdade!-----

Vi um poster de uma faculdade sobre uma atividade que ia ser realizada cujo título era: “Acabar com a ignorância sobre os feriados” tratando-se de uma exposição sobre os acontecimentos do 25 de abril ao minuto.-----

Nós somos a geração com o maior acesso à informação e o mais facilitado. A democratização do ensino tem vindo a permitir a muito mais jovens terem contacto com dados e assuntos que as gerações passadas nem sonhavam. É certo que o conceito de conhecimento se vai alterando e evoluindo com o tempo e que informação e sabedoria são coisas diferentes.-----

Nós jovens do século XXI, com o passar do tempo vamos cada vez mais distanciar-nos dos pormenores do 25 de abril, o 25 de Abril minuto a minuto como as gerações passadas se distanciaram dos acontecimentos e guerras dos séculos XIX e XX. É importante honrar, homenagear e celebrar todos os heroicos capitães de abril e militares que valentemente transformaram Portugal num país livre. Pois, acima de tudo o fundamental é que o sentido da importância da liberdade, da recusa das ditaduras, da tirania e da imposição pela força permaneça como cultura.-----

Esta é uma juventude de garra, que questiona, que tem uma opinião da sociedade, da política, da economia, da saúde, da educação, de tudo que a rodeia. Esta é uma juventude informada, mas acima de tudo crítica da informação que lhe é transmitida. Somos cidadãos do nosso país, mas somos também cidadãos da europa e cidadãos do mundo. Com a força da juventude ninguém mais fechará as portas à liberdade nem nos silenciará.-----

Com os jovens abril nunca acabará.-----

O legado da democracia e do desenvolvimento, que nos foi entregue pelos militares de Abril, responsabiliza-nos a todos na construção de um país melhor, as tarefas que esse legado impõe nunca terão fim, exigindo uma adaptação constante à dinâmica da sociedade, de forma a aperfeiçoar a coesão social e a integração individual.-----

Em 1974, Portugal registava índices de subdesenvolvimento inaceitáveis numa Europa moderna, estávamos completamente fechados à Europa e isolados do progresso mundial. O acesso universal à justiça, à segurança social e à saúde, aos bens culturais, à educação e à formação, foram conquistas que o nosso país teve de fazer e estruturar em poucos anos. Tal progresso permitiu aos portugueses a participação ativa na vida pública e o pleno exercício da cidadania.-----

Pegando nestes ideais, é agora nosso o tempo de lutar e reforçar a importância do poder local junto do governo pois este cada vez mais é decisivo na promoção do desenvolvimento do país e na consolidação do regime democrático.-----

É fundamental a superação dos vícios centralistas. Um sistema cada vez mais descentralizado contribuirá, de forma determinante, para a coesão territorial combatendo as assimetrias e corrigindo desequilíbrios, prestando aos cidadãos um verdadeiro serviço cívico potenciador de melhor qualidade de vida, desenvolvimento económico e social ao mesmo tempo que contribui para a valorização e salvaguarda das identidades locais, dos patrimónios genuínos e únicos de cada localidade e apreciação das culturas regionais.-----

Este é o verdadeiro espírito de Abril. Espírito de determinação, de superação e de constante sede de progresso e inovação.-----

Viva Viseu, Viva Portugal, Viva o 25 de abril, Viva a liberdade.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Minhas Senhoras e Meus Senhores, vamos de seguida ter uma Conferência subordinado

ao tema **Todos Têm Direito à Liberdade**, por parte de uma personalidade ilustre, uma viseense, que realizou o seu percurso escolar em Viseu, desde o Jardim Escola João de Deus, passando pelo antigo Ciclo Preparatório, o Liceu Alves Martins, a Escola Secundária Emídio Navarro. A Senhora Professora Doutora Maria João da Silva Baila Madeira Antunes tem um percurso universitário notável, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com Mestrado e Doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais. É muito difícil resumir o seu curriculum mas vou tentar, e pedir desculpa desde já por alguma omissão. É Professora Associada da Faculdade de Direito, Coordenadora do Curso Pós-Doutoramento, Membro do Conselho Superior do Ministério Público e do Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, saliento também pelo seu altruísmo e preocupação social, o ser Presidente da Assembleia Geral da APPACDM de Viseu, entre muitas outras funções que já exerceu, realço ter sido Juíza do tribunal Constitucional entre outubro de 2004 e março de 2014. Participou também em trabalhos legislativos de vários países, é autora de livros e artigos de revistas nacionais e estrangeiras. Esta foi uma apresentação muito sumária de umas breves notas biográficas da Senhora Professora, mas reveladoras fundamentalmente de uma profissional que vão conhecer, que pela sua simplicidade e por aquilo que eu às vezes costumo salientar, que é a chamada humildade do saber. Por isso, penso que são esses os seus grandes atributos. Dava a palavra à nossa conferencista, à Professora Maria João Antunes a quem agradeço mais uma vez toda a disponibilidade de estar aqui connosco. Tem a palavra.-----

----- **SETE – A SENHORA PROFESSORA DOUTORA MARIA JOÃO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Senhor Dr. Mota Faria, Senhora e Senhor Membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhor Dr. Joaquim Seixas, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de São Pedro de France, Senhor Fernandes de Almeida, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de France, Senhor Fernando Machado, Excelentíssimas Autoridades Cívicas e Militares, e um cumprimento especial aos Militares de Abril, Excelentíssimos fregueses de São Pedro de France, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Há quarenta e quatro anos a quinta-feira de abril nasceu para mim como mais um dia igual a tantos outros – igual aos dias que, rotineiramente, de segunda a sábado, se iniciavam com o percurso a pé entre a Rua da Paz e o Ciclo Preparatório. O dia que se adivinhava igual – o dia 25 de abril de 1974 – viria a ser o primeiro dia do resto da minha vida. O primeiro dia, dos dias, dos meses e dos anos que foram decisivos para a minha formação cívica e política e que inequivocamente condicionaram as minhas escolhas futuras. Dias, meses e anos vividos em Viseu com a vantagem formativa de terem sido vivenciados em território de grande confronto ideológico.-----

É para mim uma grande honra estar hoje aqui, mas é também um grande gosto. Agradeço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu o Senhor Dr. Mota Faria o convite que me foi dirigido.-----

Na memória de quem ainda era uma criança em abril de 1974 ficou o quê? A semana de aulas de segunda a sexta-feira, sem a reposição das aulas de sábado, o dia de Abril em que participou na pintura mural da Caixa Geral de Depósitos, com o embaraço de quem queria muito participar em tão simbólico ato, mas não sabia pintar, os autocolantes que retratavam na hora, minuto a minuto os intervenientes e os temas políticos do momento, que decidiu colecionar, e ficou também na memória o ensino unificado e tudo o que significou o primeiro ano do 7.º ano de escolaridade do ano de 1975/76. Por coincidência ou não, está aqui hoje a Senhora Doutora Maria José Sá Correia, que foi a minha Professora de Inglês neste 7º Ano de escolaridade em 1975/76 a quem presto a minha homenagem na sua pessoa pelos grandes professores que tive nas minhas escolas, nas várias escolas que frequentei aqui em Viseu. Do ensino unificado ficava o quê? As notas de

1 a 5 e já não de 0 a 20, a disciplina de ciências sociais, onde foi ensinada a Revolução Cubana, nunca aprendi a Revolução Francesa no liceu, mas estudei a Revolução Cubana nesse ano na disciplina Ciências Sociais. Ficou também a eliminação das disciplinas tradicionais, diria mesmo reacionárias de acordo com a época, as disciplinas de história, físico-química e geografia, não constou do nosso curriculum naquele ano de 1975/76. Ficaram também as tardes de Educação Cívica e Politécnica, fomos para os jardins com os trabalhadores da Câmara Municipal, fomos visitar as empresas que havia em Viseu.----- Ficou também na memória a leitura obrigatória, mas que foi feita com muito gosto e aprendizagem da obra *Esteiros* de Soeiro Pereira Gomes.----- A memória também reteve a primeira manifestação pelas ruas de Viseu do povo unido que jamais seria vencido, e as longas filas junto à Escola do Magistério Primário de todos aqueles que quiseram votar no dia 25 de abril de 1975, o dia em que praticamente 92% dos eleitores exerceram, em liberdade, o direito de voto para a Constituinte.----- A memória da criança reteve, ainda, as imagens a preto e branco da libertação dos presos políticos. Com a precisão dada pelo que é verdadeiramente marcante e é por isso, inesquecível, por mais anos que sejam vividos. Talvez por isso e, certamente, porque sou Professora de direito penal e de direito processual penal intitulei esta intervenção “Todos têm direito à liberdade”, copiando um dos artigos da Constituição da República Portuguesa que assim dispõe desde 25 de abril de 1976.----- Falar do direito à liberdade tem também o propósito de lembrar quem foi privado deste direito fundamental por razões políticas, em nome da segurança interior e exterior do Estado, e também quem assumiu a defesa dos presos políticos nos tribunais militares especiais e depois nos tribunais plenários. A liberdade – escreveu Mário Soares – “é uma flor delicada que deve ser cuidadosamente protegida das agressões que a espreitam a todo o momento (...). Não podemos esquecer (...). Perdoar, sim, podemos – com generosidade e tolerância; mas não esquecer: para que o passado não regresse, inusitadamente, insidioso e quando menos o esperamos...”.----- Por todos, lembro aqui António Correia, capitão de artilharia e aviador, nascido em S. Pedro de France em 21 de julho de 1895. António Correia aqui nascido foi preso no dia 11 de janeiro de 1942 e assim se manteve até novembro de 1945. Demitido do Exército foi enviado para o Aljube, para a Trafaria, de novo para o Aljube, para Caxias, para o Tarrafal, de novo para Caxias e finalmente para Peniche. Foi preso por ter sido enviada carta ao embaixador de Inglaterra em Portugal onde se “afirmava o apoio dos republicanos de Viseu à causa dos Aliados e se censurava a posição de Salazar”.----- Por todos os que assumiram a defesa dos presos políticos, lembro aqui o advogado José Augusto Rocha, natural de Viseu. Foi preso no Forte de Caxias, em 1962, quando era Presidente da Associação Académica de Coimbra, sob a acusação de ter realizado o 1.º Encontro Nacional de Estudantes. Notabilizou-se, porém, pela defesa de dezenas de presos políticos nos tribunais plenários. José Augusto Rocha viseense, foi condecorado pelo Senhor Presidente da República Professor Marcelo Rebelo de Sousa em dezembro passado, com a Ordem da Liberdade, no Grau de Grande Oficial. Marcelo Rebelo de Sousa condecorou José Augusto Rocha pelos serviços relevantes que prestou à causa da Liberdade.----- Figueiredo Dias, viseense ilustre, e meu querido Mestre, vem chamando a atenção para o que diz ser “o problema político do processo penal numa democracia constitucional. Um problema político no mais puro e rigoroso entendimento do designativo, na medida em que nele se defrontam duas questões primordiais da função protetora do Estado que se quer Estado de Direito: protetora dos direitos humanos fundamentais; mas por igual protetora do conjunto das pessoas constituídas em Estado”. E por isso se diz que o processo penal de um país é “sintoma do espírito político constitucional de um ordenamento jurídico”.----- O processo penal do Estado Novo ficou marcado pelo período político que lhe

correspondeu. É bem revelador das relações autoritárias que então se estabeleceram entre o Estado e o cidadão na perseguição e na punição dos crimes e dos criminosos.-----
Na perseguição e na punição dos crimes em geral e dos crimes políticos em especial, na perseguição e punição dos criminosos em geral e daqueles que eram rotulados “inimigos da Nação”. Os “inimigos do Estado Novo” que a Nação sujeitou a medidas de segurança com e sem culpa formada e além da culpa. Medidas que eram prorrogáveis sucessivamente e que eram, por isso, de duração indeterminada e indefinida.-----
Como o pressuposto de aplicação de uma medida de segurança é a perigosidade criminal do agente, isto é, a probabilidade de o agente da prática do crime vir a cometer novos crimes, as medidas de segurança foram e são sanções penais politicamente úteis a regimes ditatoriais e autoritários, e o Estado Novo fez da medida de segurança uma arma política.-
A medida de segurança de internamento era aplicada quando houvesse o perigo de cometimento de atos subversivos, e era aplicada pelo tempo que durasse a inimizade à Nação. Considerava-se atividade subversiva, é bom recordá-lo e era a Lei que o dizia, uma Lei de 1945, *considerava-se atividade subversiva fundar associações ou agrupamentos de carácter comunista ou que tivessem por fim a prática de crimes contra a segurança exterior do Estado ou que utilizassem o terrorismo como meio de atuação. Bem como a atividade de quem aderisse a tais associações ou agrupamentos, com eles colaborasse ou seguisse as suas instruções, ou facilitasse conscientemente as referidas atividades subversivas, fornecendo locais para reuniões, subsidiando-as ou permitindo a sua propaganda.*-----
O Estado Novo distinguiu-se pela policialização, administrativização e governamentalização do processo penal e, conseqüentemente, pela desvalorização da função estadual de proteção dos direitos humanos fundamentais. Era tudo pela Nação e nada contra a Nação...-----
Foram dados poderes de instrução processual às Polícias – à Polícia criminal e à Polícia política, à PIDE, sem qualquer controlo senão o ministerial. Cabia também às polícias impor e manter a prisão preventiva, sem culpa formada, com controlo exclusivo do Ministro da Justiça ou então do Ministro do Interior. Além de que a PIDE também tinha competência para determinar medidas de segurança provisórias, relativamente aos crimes de natureza política. Medidas de segurança provisória, eram medidas de segurança privativas da liberdade, sem culpa formada e sucessivamente renováveis.-----
Ao Ministério Público por seu turno foram dadas funções instrutórias materialmente judiciais, quando se tratava de uma magistratura em relação hierárquica com o Ministro da Justiça, perante quem tomava posse o Procurador-Geral da República.-----
A governamentalização da justiça penal passava ainda pela gestão da carreira da magistratura judicial, da competência do Ministro da Justiça, pela escolha do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que era da competência do governo, e também, obviamente, e não podemos esquecer-lo pela criação dos tribunais plenários, em 1945, em substituição dos tribunais militares especiais.-----
O tribunal plenário era presidido por um juiz nomeado pelo Ministro da Justiça, com competências para julgar, entre outros, todos os crimes contra a segurança exterior e interior do Estado e ainda os crimes de imprensa, sendo certo que os crimes de natureza política tinham a instrução do processo a cargo da polícia política, a cargo da PIDE. Com os tribunais plenários passou a haver “doravante uma total corresponsabilização da magistratura judicial comum na aplicação da justiça política”. A voz crítica de Francisco Sá Carneiro viria a ouvir-se, em 1972, na Assembleia Nacional, quando propôs, sem êxito, a extinção dos tribunais plenários, a escolha pelos juizes para os diversos cargos judiciais e a eleição dos presidentes das Relações e do Supremo Tribunal de Justiça de entre os juizes e pelos juizes. Sá Carneiro defendia também, corajosamente, temos que o reconhecer, a abolição das medidas de segurança políticas e o acesso das mulheres à magistratura, nomeadamente à magistratura judicial.-----
No Estado Novo, a liberdade não era um direito de todos. A segurança interior e exterior

do Estado prevalecia sobre a função estadual de proteção dos direitos fundamentais. Segundo o décimo mandamento do Decálogo do Estado Novo, de 1934, “os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria”.

Estavam assim legitimados os métodos de prova para fazer falar os presos e para fazer calar os opositores, os inimigos da Nação.

Além dos espancamentos com matracas e cavalos marinhos, legitimava os “interrogatórios contínuos” dos presos políticos. Interrogatórios contínuos, o nome vem daí, porque o método utilizado para o preso falar era a tortura do sono, a tortura da estátua, a incomunicabilidade e o isolamento. Para Álvaro Cunhal, que foi sujeito a todos estes métodos, ao método da estátua, ao método do sono, a incomunicabilidade “era porém a pior das torturas”, funcionava como um “silencioso, mas implacável demolidor da resistência moral do preso”. Os presos políticos *aprendiam fisicamente a solidão*.

Era terrível essa manhã sem manhã, testemunha Manuel Alegre. Era terrível acordar nessa estreita paisagem com sete passos de comprimento por sete de largura, tão hostil, tão dolorosa como as regiões dos pesadelos. Porque acordar era ter a certeza de que a realidade não desmentiria o pesadelo.

A partir do início dos anos sessenta, tais métodos de prova foram também usados em relação a mulheres, torturando-as e humilhando-as. Por todas, lembro Aurora Rodrigues, presa em 1973, quando ainda era estudante de Direito em Lisboa. É hoje uma ilustre magistrada do Ministério Público.

Em *Gente Comum. Uma história na Pide*, Aurora Rodrigues testemunha que esteve 16 dias seguidos sem dormir, que foi espancada, que a fizeram permanecer em pé na posição de Cristo, encostada a uma parede, e que a fizeram ficar em pé em cima de uma cadeira, que os pides fizeram dela o alvo de uma competição de escarros ao alvo, que dois pides a atiraram de um para o outro como se fosse uma bola, e que as pides lhe mergulhavam a cara num lavatório cheio de água até quase deixar de respirar. Só porque confessou, um dia, que tinha pânico da água e não sabia nadar.

Os métodos de prova da polícia política eram sempre utilizados de forma combinada, tendo em atenção as especificidades e a personalidade do preso e sempre com controlo médico – a tortura era usada até ao limite da condição física do torturado, o regime não queria mortes.

Todos têm o direito à liberdade. É o que consagra o artigo 27.º da Constituição da República Portuguesa, desde 1976. E porque a Constituição de Abril que hoje aqui também festejamos, levou a sério os direitos fundamentais, ninguém pode ser privado da liberdade a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de ato punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança.

Não poderá haver, porém, penas ou medidas de segurança privativas da liberdade com carácter perpétuo, de duração ilimitada ou indefinida. E em caso algum haverá pena de morte! Fechando o caminho honroso que Portugal trilhou em 1852 para os crimes políticos e em 1867 para os crimes comuns, a Constituição de Abril proibiu também a pena de morte no teatro de guerra.

Além da condenação em pena ou em medida de segurança é também matéria reservada ao juiz de acordo com a Constituição de 1976 a aplicação da prisão preventiva, que está agora sujeita a prazos máximos de duração, a apreciação da detenção, no prazo máximo de quarenta e oito horas, a busca no domicílio dos cidadãos e, em geral, todos os atos instrutórios que se prendam diretamente com os direitos fundamentais, tudo isto é reserva de um juiz.

Ao juiz cabe o duplo papel de juiz das liberdades e de juiz julgador, num quadro constitucional de separação efetiva dos poderes executivo e judicial. Ao Ministério Público compete exercer a ação penal, investigando e acusando, num quadro constitucional em

que esta magistratura goza de estatuto próprio e de autonomia, em relação a todos os poderes. À polícia cabe defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.-----

Para que todos tenham o direito à liberdade, a Constituição proclama ainda que o processo criminal assegura ao arguido todas as garantias de defesa, nomeadamente, a presunção de inocência até ao trânsito em julgado da sentença de condenação, ou seja, de acordo com esta norma a pena de prisão não pode ser executada antes de a decisão se tornar definitiva. Consagra também como garantia a assistência por defensor em todos os atos do processo; o julgamento pelo tribunal de júri; e a nulidade de todas as provas obtidas mediante tortura, coação, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações.---
A Constituição constitui-se na obrigatoriedade de a cumprir e de a fazer cumprir. A Constituição constitui-se de homens e de mulheres que precisam de não esquecer, para não voltar a acontecer.-----

Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhora Professora muito obrigado por esta conferência, foi para nós também, um enorme privilégio podermos assistir a esta lição sobre Liberdade que foi também uma das principais conquistas de Abril. Por isso, bem-haja, e agora, os órgãos vão também aqui agradecer a sua disponibilidade da sua presença, como uma grande personalidade de Viseu que muito nos honrou em estar aqui hoje connosco.-----

Íamos então continuar os nossos trabalhos, vai usar da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Dr. Joaquim Seixas.-----

----- **OITO – O SENHOR VICE- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores Capitães de Abril, Coronel Gertrudes da Silva e Coronel Arnaldo Costeira, Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de France nosso anfitrião Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Excelentíssima Senhora Professora Doutora Maria João Antunes nossa ilustre conferencista convidada, Excelentíssimo Senhor Comandante do Regimento de Infantaria 14 de Viseu, Excelentíssimos Senhores Comandante Adjunto da GNR, e Senhor Comissário representante da PSP, Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Dirigentes de Associações Sociais, Desportivas, Culturais e Recreativas, todos os restantes Autarcas e ex-Autarcas presentes, Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Quero cumprimentar todos, em meu nome pessoal e em nome do Executivo que aqui represento.-----

Apresento, igualmente, cumprimentos do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Almeida Henriques, que não pode estar presente. Depois de 14 anos marcados pela sua presença ininterrupta neste tipo de comemorações (10 anos como Presidente da Assembleia Municipal e os restantes como Presidente da Câmara) este ano o Dr. Almeida Henriques encontra-se a representar o Município de Viseu numa Conferência Internacional sobre Smart Cities, na China, promovida pela AICEP.-----

Permitam-me também uma palavra para, em nome do Município e em meu nome pessoal, agradecer a presença e sobretudo a bela lição que hoje aqui ouvimos da Professora Doutora Maria João Antunes, uma ilustre viseense por todos nós conhecida, e uma referência, sobretudo, pelos seus importantes contributos doutrinários na área do Direito Penal e do Direito Processual Penal, e que eu tive o privilégio de ter como minha professora, numa altura em que também assumiu a nobre função de Juíza do Tribunal Constitucional. Para além do excelente trabalho académico mundialmente reconhecido



que desenvolve ainda partilha, como aqui já foi dito, o seu enorme coração, distribuindo amor e afeto pelas nossas terras Viseenses, não esquecendo nunca as suas origens e os que mais precisam, presidindo, como já foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à Assembleia Geral da nossa APPACDM. Bem-haja Professora Maria João, por tudo e pelo seu orgulho também em ser Viseense, nós também temos orgulho em si.---- Hoje, 25 de abril, celebramos a liberdade, a democracia, o multipartidarismo e um Portugal que deixou de olhar apenas para o seu longo e rico passado, fixando-se, sobretudo, numa visão do futuro.-----

A comemoração do 25 de Abril, 44 anos depois, não pode ser vista como um mero ritual retórico, mas como um importante contributo que a Assembleia Municipal dá para o reforço da qualidade e aprofundamento da nossa democracia, que todos nós, democratas, devemos agradecer. Um bom exemplo desta Assembleia - e que eu saúdo na pessoa do Senhor Presidente, Dr. Mota Faria- de convivência democrática e de respeito pelos valores do 25 de Abril.-----

Em 25 de Abril de 74 abriram-se várias portas: da liberdade, da democracia e da igualdade de direitos, com educação, saúde e justiça para todos, e criou-se, em todos os portugueses, a esperança forte de uma vida melhor, com mais qualidade.-----

E o salto, no desenvolvimento e modernidade, que o País registou foi gigante.-----

E muito deste sucesso deve-se ao Poder Local, também ele fruto dos valores do 25 de Abril. Assente nos princípios democráticos, da autonomia e da eleição dos seus órgãos representativos.-----

Depois de um ciclo em que as Autarquias Locais renovaram a face deste País, ao liderarem o processo de execução das indispensáveis infraestruturas básicas; marcaram o ciclo seguinte através da construção de equipamentos em diferentes áreas, seja na educativa, desportiva e cultural. Hoje, as autarquias locais apresentam-se já numa nova fase, com outros tipos de projetos e ações, também em áreas imateriais.-----

Hoje vivemos também um período de preparação do reforço das competências das Autarquias Locais, em diferentes áreas, destacando-se a Saúde e a Educação. Achamos que tudo o que possa ser prestado com mais qualidade e eficiência pelo Poder Local pode e deve ser descentralizado, e apenas isso.-----

Em Viseu, já fazemos o que o Estado Central tem dificuldade em fazer no país. Descentralizamos, partilhamos o poder e competências e isso só nos torna mais fortes.-----

Para nós, as freguesias são uma chave indispensável no caminho da coesão territorial e social e, dentro destas, as freguesias de baixa densidade, como é o caso de São Pedro de France, que hoje tão bem nos recebe, são discriminadas de forma positiva.-----

É num trabalho em conjunto com as freguesias que temos conseguido atingir, e superar sucessivamente, metas de qualidade de vida, coesão e desenvolvimento.-----

Não entendemos a descentralização como uma obrigação, mas como uma enorme vantagem. Na proximidade faz-se melhor do que à distância. Fazemos mais com menos. E fazemos melhor.-----

No último mandato autárquico foram assinados, só para obras, 362 contratos com as Juntas de Freguesia; um ciclo de investimentos sem financiamento comunitário sem precedentes, que ultrapassou os 44 milhões de euros.-----

A proximidade é sempre a melhor forma de combater a exclusão social e territorial.-----

Os planos de desenvolvimento local permitem definir de forma clara a estratégia para cada um dos nossos territórios. São planos de investimento acordados e com previsibilidade, sem incertezas e sem vazios.-----

Somos e queremos continuar a ser uma cidade-região tampão ao despovoamento social e económico do Interior. Mas, sozinho, ninguém consegue unir o que a Administração Central separou.-----

A descentralização é fundamental para a coesão do país. País que, muitas vezes nos dá a

sensação de serem dois países: o do Litoral e o do Interior, apesar do seu pequeno território retangular.-----

Todavia, importa ter presente que o processo de descentralização do poder central para as autarquias locais decorre num momento em que se regista uma década sem investimentos públicos significativos e sobretudo uma manutenção de equipamentos inexistente, a par do incumprimento da lei das finanças locais.-----

Nesse sentido, nem o Poder Central deve ver a descentralização como um mero meio de reduzir as suas despesas, demitindo-se das suas responsabilidades na garantia da qualidade e acessibilidade aos serviços, nem as Autarquias Locais devem ver este processo como uma mera forma de aumentar a sua receita e influência, bem como o número de colaboradores. O que está em causa deve ser muito mais. E o que deve estar em causa deve ser uma verdadeira Reforma do Estado. Uma reforma que assente nos princípios da subsidiariedade e da racionalidade territorial e económica.-----

Os designios constitucionais democráticos do desenvolvimento, da descentralização e da Justiça obrigam-nos a lutar pela construção de um Portugal coeso, justo e equilibrado. Todos nós devemos aceitar o desafio e dar o nosso contributo para unir o que a centralização do Estado separou.-----

Reformar o Estado com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada é também caminhar no sentido de uma das metas de Abril claramente ainda por cumprir. E se dúvidas houver, basta referir o desnivelamento do País entre o Litoral e o Interior despovoado e envelhecido ou a desigualdade de rendimentos e de oportunidades.-----

Importa assim, reformar o Estado, mas fundando tal reforma nos pilares da solidariedade e da igualdade de oportunidades, visando, simultaneamente, a criação de uma nova cultura junto dos governantes, dos investidores, dos promotores culturais, sociais e desportivos, com a participação da população em geral.-----

E nesta Reforma, o Poder Local tem de assumir um papel fundamental. Hoje, apenas o Poder Local pode garantir um rumo de desenvolvimento e de coesão nos nossos territórios.-----

E dizemos que só o Poder Local pode garantir este rumo, porque o Poder Central cada vez mais vai desnivelando o País, aumentando o peso do já muito pesado centralismo da Capital, com consequências desastrosas no despovoamento do Interior e na falta de investimento público, bem patente na falta de uma ligação ferroviária que ligue o Centro e o Norte do país ao Centro da Europa, bem como na permanentemente adiada transformação do IP3 – a estrada da morte e de todos os perigos – que ao longo de mais de uma década tem estado votado ao abandono e a anúncios de obras em anos eleitorais, sem quaisquer consequências, a não ser a contínua degradação. Isto para não falar na requalificação da EN 229 que liga Viseu ao Sátão e o troço do IP5 que atravessa Viseu que, apesar dos Protocolos assinados, o Estado Central teima em não cumprir ou adiar nova solução.-----

Quando tanto se fala em igualdade e desenvolvimento – pilares de abril – estas são matérias em que se registam dos maiores fossos de desequilíbrio do País. Estão em causa a coesão económica e a falta de visão para o País. Mas mais do que isto, é a injustiça sentida com estas assimetrias regionais.-----

Neste País, para além de não se apostar no desenvolvimento do Interior ainda somos confrontados, por vezes, com o desvio de fundos comunitários destinados às políticas de coesão para as regiões mais ricas. Devemos estar todos atentos para que isso não venha a acontecer, agora, em sede de reprogramação do quadro Portugal 2020, porque isso é comprometer definitivamente o futuro de dois terços do País.-----

O incremento da participação política de todos os cidadãos, criando condições favoráveis ao desenvolvimento de uma nova cultura política, tem de ser tarefa de todos. É indispensável para a qualidade da nossa democracia que todos nós, portugueses,

participemos de forma ativa, dando os nossos contributos, nas decisões que a todos dizem respeito. E podemos fazê-lo nas organizações políticas, mas também noutros locais como no âmbito familiar, em tertúlias de amigos, nas associações a que pertencemos ou mesmo em páginas de redes sociais. O importante é todos podermos escolher ou construir projetos visando o bem-estar coletivo.-----

Em Viseu, o executivo municipal, tem procurado fomentar esta mesma participação e cultura políticas.-----

Hoje é um privilégio para todos nós, termos os nossos munícipes a participarem nas ações, a fazerem propostas e a serem protagonistas da execução dos seus próprios projetos. Uma participação ativa, baseada na proximidade, na descentralização e no envolvimento comunitário.-----

Este tipo de participação, pensamos nós, que também servirá para promover e contagiar todos com a cidadania democrática. A democracia em que acreditamos é também o que nos faz mover, sempre.-----

Fazemo-lo porque estamos certos de que este é um dos melhores caminhos para o aprofundamento da nossa democracia e para um desenvolvimento sustentável, implicando as pessoas nas opções do governo do seu Município, aproximando os eleitores dos eleitos e das questões que urge resolver.-----

Veja-se o exemplo dos orçamentos participativos, já enraizados no nosso Município. O espírito colaborativo com que são pensados não é mais do que uma tradução prática da estratégia seguida junto da comunidade. E a sua grande vantagem é que, no final, todos ganhamos, pois quanto maior for o exercício da liberdade de cada um, maior é o desenvolvimento socioeconómico e cultural do Município e da Região.-----

Esta é também uma forma de cumprir abril, numa das dimensões da liberdade que não está totalmente cumprida. Trata-se da liberdade de sermos exigentes. Com os outros e com nós próprios. Só assim, o mérito será reconhecido e valorizado naturalmente.-----

Falar de abril é também combater as desigualdades e favorecer o desenvolvimento. E a melhor forma de o fazer é investindo na Educação e promovendo a captação de investimentos.-----

Por isso, também nestas áreas, Viseu tem procurado ser um lugar atrativo, seja para viver, para estudar, para trabalhar e para investir. Para nós, investir na educação é investir no mais alto valor, na mais nobre das artes. É pôr á frente o interesse da Comunidade e o seu futuro.-----

O Programa Viseu Educa é já hoje reconhecido não só pela nossa Comunidade, mas também pelos responsáveis pela educação no País. E também aqui temos tido a preocupação de criar condições para que existam jardins de infância e escolas do 1º ciclo em todas as freguesias, devidamente equipadas, independentemente do local onde se situem ou do número de alunos que as frequentem.-----

A estratégia de Viseu contempla todas as fases da vida dos nossos munícipes e queremos que em todas elas tenham qualidade de vida, indo ao encontro das suas necessidades.-----

São exemplos desta estratégia a criação de escolas de música em todas as freguesias, para além dos instrumentos musicais em todas as escolas, da criação da orquestra juvenil de Viseu, da instalação da orquestra filarmónica portuguesa em Viseu, os apoios a projetos culturais e á prática desportiva, sendo que mais de 30% dos nossos jovens são atletas federados, esse excelente programa da atividade sénior que envolve mais de 2 200 munícipes, a eficaz e completa rede social, cobrindo todas as áreas de intervenção, o programa Viseu Património, com a excelente e ativa rede cultural, o programa Viseu Habita, que já permitiu a reabilitação de mais de 230 habitações de pessoas carenciadas, o já referido Viseu Educa que permite uma educação diversificada e de excelência e o programa Viseu Investe, ao abrigo do qual foram já assinados 23 protocolos com investidores, criando cerca de 1 500 postos de trabalho, e que permitiram a instalação de 2 hospitais privados e uma central de biomassa, de enorme importância para um

desenvolvimento ambiental sustentável e para a proteção e defesa da floresta e ainda a localização de outras grandes e importantes empresas em Viseu, algumas multinacionais, sobretudo na área tecnológica, onde, só no próximo ano, devem recrutar cerca de 300 novos engenheiros.-----

Estamos certos que, desta forma, estamos a criar dinâmicas em Viseu para que as vidas de todos se construam, aqui, com qualidade e, sobretudo, que os nossos jovens não sintam necessidade de terem de se deslocar para o litoral ou para o estrangeiro. E também que Viseu continue a atrair jovens qualificados de outras regiões do país e do mundo.-----

Em suma, continuemos a construir uma cidade aberta, cosmopolita, dinâmica, criadora e confiante no seu futuro.-----

E se olharmos 44 anos para trás, não temos dúvidas que, naquilo que do poder autárquico depende, estamos a tornar realidade um dos mais belos sonhos do 25 de abril: Desenvolver em democracia e em liberdade com o objetivo de dar um futuro promissor, qualidade de vida e felicidade às pessoas.-----

Viva o 25 de Abril;-----

Viva São Pedro de France;-----

Viva Viseu;-----

Viva Portugal;-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Vice-Presidente.

Ia agora Usar da Palavra.-----

----- **NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU:**

Excelentíssimos Senhores “Capitães de Abril” – Arnaldo Costeira e Gertrudes da Silva, Digníssima Mesa, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente de Junta da Freguesia de São Pedro de France, na sua pessoa cumprimento todos os Senhores Presidentes de Junta e Membros dos Órgãos de Freguesia de S. Pedro de France.-----

Um cumprimento especial à nossa conferencista Professora Doutora Maria João Antunes, Excelentíssimas Autoridades Cívicas e Militares, ex-Autarcas, Senhores Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Comemorar Abril é um momento de festa, de agradecimento e também de reconhecimento, como temos feito, aos Capitães de Abril. Também de reconhecimento ao nosso Regimento de Infantaria nº14 de Viseu, que teve um papel muito importante nesse dia.-----

É recordar também como aqui já fizemos, todos os que queriam um País melhor, mais próspero, moderno e com futuro.-----

Um País sem presos políticos, sem polícia política e sem tribunais especiais.-----

Um País com uma Comunicação Social livre, também isenta e responsável, que contribuísse para termos uma opinião pública que fosse informada e interventiva.-----

Um País em que não fosse necessário emigrar para sobreviver.-----

Um País em que as desigualdades económicas e sociais se atenuassem, com menos pobreza e exclusão social. No fundo uma Sociedade com Igualdade de Oportunidades. Mas, passados 44 anos de Abril, todos reconhecemos que o País, independentemente de alguns desvarios revolucionários, de algumas assistências financeiras externas, o país modernizou-se a nível económico, social e cultural, e houve uma melhoria significativa da qualidade de vida das populações, aqui com um contributo decisivo do Poder Local, autónomo e democrático.-----

O Estado Social tornou-se uma realidade, mas o tal salto, a tal transformação necessária da economia e da sociedade portuguesa continua adiada, com as reformas necessárias a não terem a prioridade indispensável, incluindo aqui o que é uma verdadeira Reforma do Estado.-----

Os consensos políticos nestas áreas são decisivos e imprescindíveis ao nosso futuro coletivo. Consensos sociais amplos que permitam políticas estáveis e duradouras na promoção da

natalidade, na sustentabilidade do Estado Social, na estabilidade do sistema educativo na coesão territorial entre outras.-----

Mas, verdadeiros consensos, sólidos e duradouros, cujo único objetivo seja o Interesse Nacional - o futuro de Portugal e dos Portugueses - e não qualquer jogada tática de cariz político-partidário requerendo de todos os atores políticos Sentido de Estado.-----

Comemorar Abril em 2018, é não esquecer as terríveis tragédias que aconteceram na nossa Região e no País em junho e outubro de 2017, demonstrando também todos nós a nossa solidariedade política e institucional com os autarcas e populações dos Concelhos atingidos, exigindo uma resposta célere, adequada e justa aos cidadãos, às famílias, às empresas e às autarquias das regiões afetadas.-----

A adoção de medidas de carácter excepcional, a agilização dos processos indemnizatórios às vítimas da tragédia é crucial, mas é também importante saber-se e dar-se conhecimento público das razões e das causas destas tragédias e também das responsabilidades apuradas.-----

O Estado falhou.-----

O Estado não pode voltar a falhar.-----

O Estado tem o dever da prevenção e de socorro.-----

Cumpriremos Abril se tomarmos todas as medidas que sejam necessárias para que estas calamidades não se repitam.-----

O Estado não pode voltar a falhar.-----

Exigimos uma floresta segura.-----

É inaceitável, será incompreensível que aconteça no futuro uma nova tragédia, como aconteceu em junho e novamente em outubro, que se assista a novas perdas de vidas humanas, à destruição de habitações, empresas, explorações agrícolas, de floresta, de equipamentos e infraestruturas.-----

A confiança e segurança no Estado são cruciais.-----

A retórica e as boas intenções não chegam, nem resolvem os problemas.-----

Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

A tragédia dos incêndios demonstrou também o esquecimento, o abandono a que o centralismo conduziu o Interior, bem como a falta de políticas públicas e de investimentos adequados por parte dos vários Governos.-----

Só é possível transformar o Interior num território que seja atrativo, se houver vontade política, solidariedade nacional e decisões políticas amigas da coesão territorial.-----

O Interior, e não tenhamos medo da palavra, como refere o Dr. Pedro Guerreiro, um Viseense que foi nosso conferencista nas Comemorações do 25 de Abril do ano passado num artigo notável e passo a citar (...) Das palavras aos atos, a boca cheia com o interior, transforma-se nos bolsos vazios para o interior. O poder central não é solidário, é condescendente, mas no final decide sempre em favor dele próprio (...), fim de citação.-----

A defesa da nossa terra, do nosso futuro coletivo depende fundamentalmente de nós – autarcas, agentes económicos, sociais, culturais, no fundo, de todos os Viseenses.-----

Não se espere que o Poder Central, centralista na ação e descentralizador na retórica, o faça por nós.-----

Compete-nos a todos estarmos unidos no essencial.-----

Somos um território resiliente, com cidadãos trabalhadores e empreendedores, com capacidade de ação de inovação e realização, inconformistas, que se habituaram a construir o seu próprio futuro.-----

Ninguém tem o direito de nos coartar ou limitar o nosso direito ao desenvolvimento.-----

O Interior não é um custo, é um investimento no futuro e, por isso, devemos assumir a Interioridade como um estímulo.-----

Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Há necessidade de haver novas formas, que, já aqui foram faladas de coesão territorial, também novas estratégias de desenvolvimento regional, investimento público,

descentralização do Poder do Estado Central.-----
Todos consideramos que a descentralização é necessária e urgente. Até porque, um Estado Moderno tem necessidade de delegar competências se quiser exercer as restantes com maior eficiência, tendo em consideração até as exigências e os desafios, que a integração europeia e a globalização dos mercados colocam também a Portugal.-----
A descentralização também não é a “varinha do condão” nem a panaceia que vai resolver todos os problemas com que nos defrontamos, mas pode ajudar, ao reforçar o Municipalismo como instrumento de gestão do território.-----
Sabemos que a nível local se poderá fazer uma melhor afetação de recursos, melhor administração dos dinheiros públicos devido a uma proximidade da decisão. Mas precisamos de estar atentos.-----
O atual modelo centralista de organização e administração do território, que se acentuou nos últimos ano, não é facilmente desarticulável.-----
Como alguns dizem “o caminho faz-se caminhando” mas é também importante saber se estamos a ir pelo caminho certo.-----
Por outro lado, continua sem se discutir o papel e as funções do estado, que consideramos essencial para uma verdadeira Reforma do Estado que permita aí sim, uma descentralização do Poder do Estado, mas também a desconcentração do Aparelho do Estado, imprescindíveis ao nosso desenvolvimento e coesão do território. Mas, acima de tudo, a transferência de competências não pode ser mais uma experiência, ou a criação de um facto político.-----
Senhor Vice-Presidente, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----
A evolução das sociedades coloca sempre novos desafios, sendo muito importante a discussão e a reflexão de todo o tipo de temas, sem pretensas superioridades morais, éticas ou sociais, ou modernidades ditas progressistas. E, muito menos, se procure condicionar pela pressão social e outras, o direito de cada um exprimir o seu pensamento.-----
Temos que ter uma Agenda de União dos Portugueses, no respeito pelos valores e princípios da nossa sociedade.-----
Há matérias que exigem a auscultação de opinião de especialistas, amplos debates públicos que envolvam a Sociedade Civil, de modo a todos termos uma posição fundamentada, independentemente do respeito pelo juízo que cada um possa ter sobre as diversas soluções legislativas.-----
O respeito pelos princípios e valores da sociedade assim o obriga.-----
Não deve a política e o direito num dado momento transformar a mentalidade corrente da sociedade, sem o necessário amadurecimento cultural e civilizacional.-----
Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----
Precisamos de continuar a cumprir Abril, construindo todos uma sociedade mais justa, solidária, fraterna, responsável, que valorize a Família, que é a célula essencial da sociedade, a qual deve estar sempre no centro da discussão e das prioridades políticas, enquanto espaço, que é um espaço vital de realização da pessoa humana e também de solidariedade entre gerações.-----
Apostando também numa sociedade cada vez mais exigente, com cidadãos informados, participativos e críticos, que não pactuem também com maus exemplos e péssimas referências.-----
Criando as condições para a sustentabilidade do Estado Social, essencial para termos uma sociedade com Igualdade de Oportunidades.-----
Precisamos de continuar a cumprir Abril, dando primazia ao Estado de Direito, a uma cultura de legalidade, combatendo a corrupção, que é um gravíssimo problema da Sociedade Portuguesa.-----
O combate sem tréguas à corrupção é uma obrigação ética e de cidadania. É urgente que acabe aquilo que é a promiscuidade entre coisa pública e grandes negócios privados.-----



Precisamos de continuar a cumprir Abril, valorizando os Órgãos de Comunicação Social que sejam de qualidade, livres e independentes. Como já referimos, precisamos cada vez mais de jornalismo de investigação e de jornalistas e redações não domesticáveis.-----
O controlo público das figuras públicas é essencial na vida política em liberdade.-----
A qualidade da democracia e a dinâmica da sociedade depende de termos uma Comunicação Social que seja livre e independente.-----
Minhas senhoras e Meus Senhores,-----
Temos de sonhar,-----
Temos de acreditar – valorizando o essencial – e o essencial é a vida concreta das pessoas e o futuro das novas gerações.-----
Será utopia querer-se um Concelho, uma Região, um País em que as crianças sejam felizes, os jovens tenham esperança, os adultos tenham emprego, e os idosos se sintam acarinhados?-----
Penso que não, assim todos os trabalhemos nesse sentido.-----
Senhor Vice-Presidente, Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----
Os números do défice orçamental e outros números são importantes na gestão das políticas, mas a política tem que envolver sonhos e desafios, os viseenses, os portugueses precisam todos de acreditar em dias melhores, num futuro com alegria e felicidade, nos ideais de Abril em Portugal, no 25 de Abril.-----
Muito obrigado.-----
----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Com a permissão de todos íamos terminar a nossa sessão com aquilo que é o agregador de todos nós, o Hino Nacional. -----
O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão quando eram 13 horas e 02 minutos e do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)

